
EDITORIAL(*)

Embora sem comemoração, quiçá esquecido, o Instituto da Defesa Nacional completou no passado dia 12 de Julho o seu vigésimo aniversário. Se a estes vinte anos de história, acrescentarmos os nove da sua pré-história – os sete do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional e os dois de transição do Centro de Sociologia Militar – encontraremos uma presença de quase trinta anos do IDN na vida portuguesa. Presença em que, em três períodos distintos e sob registos institucionais diferentes, acumulou um património simbólico de relevo que cumpre neste momento registar e enaltecer.

O primeiro momento é o do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional.

Tendo como antepassado primeiro e ideal-tipo o Imperial Defense College de Londres, fundado no ano já longínquo de 1927, o Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional, nasce, embora mais tarde, mas na sequência dos seus congéneres europeus e norte-americano, num contexto pós-segunda guerra mundial em que os Ministérios da Guerra passam a designar-se Ministérios da Defesa, mudança que longe de ser uma questão simples de mera retórica, tem um profundo significado e reflecte, de resto, uma forma outra e nova de encarar as questões da Segurança.

(*) Excerto da intervenção do Prof. Doutor Nuno Severiano Teixeira, no Acto de Posse do cargo de Director do Instituto da Defesa Nacional, em cerimónia presidida por Sua Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional, que teve lugar no MDN, em 30 de Julho de 1996.

Fundado em 1967, na Presidência do Conselho e na dependência directa do Ministro da Defesa, o Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional entra em funcionamento em 1969 e desenvolve a sua actividade até 1974, e embora num contexto politicamente profundamente diferente, perseguia já objectivos muito semelhantes dos que serão os do futuro IDN.

O segundo momento é o do Centro de Sociologia Militar.

Em 1974, o Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional é suspenso e, durante o período da transição à democracia, com outra dependência orgânica – esta estritamente militar –, com outros objectivos e outras funções, mas no mesmo espaço, funcionou, até 1976, o Centro de Sociologia Militar da 5.ª Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

E termina aqui a pré-história do Instituto.

Inicia-se, então, o terceiro momento.

A consolidação democrática e o novo tipo de relações civis-militares vieram dar lugar e, mais do que isso, dar sentido, à fundação do IDN.

Fundado em 12 de Julho de 1976, ainda sob a dependência do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o Instituto é reintegrado no Ministério da Defesa pela Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas em 1982 e, assim, devolvido à sua originária dependência orgânica do poder político. Reformulado por Decreto em 1991, o IDN tem desenvolvido nestes vinte anos da sua existência, uma actividade dirigida para dois objectivos fundamentais: em primeiro lugar, a investigação, o estudo, e a divulgação das grandes questões da defesa nacional; em segundo lugar, o estabelecimento e o reforço de laços de relação civis-militares.

Nessa trilogia – investigação, estudo, divulgação – o estudo concretizou-se em duas realizações:

- os estágios inter-forças e estados-maiores conjuntos, dirigidos aos oficiais gerais e superiores dos três ramos das Forças Armadas e destinados à abordagem de uma perspec-*

tiva de conjunto das questões de segurança e defesa, com interesse para mais do que um dos ramos;

- e, fundamentalmente, os Cursos de Defesa Nacional, destinados a sensibilizar as elites dirigentes para as questões da Defesa e Segurança e o lugar privilegiado de encontro e reforço de relações entre as elites civis e militares.*

A divulgação concretizou-se, essencialmente, numa linha de publicações entre as quais é justo assinalar a Revista Nação e Defesa que conta com 78 números publicados e que é com poucas mais, um caso de longevidade no panorama das revistas académicas em Portugal.

Na trilogia dos objectivos o parente pobre foi, sem dúvida a investigação. Apesar da criação do Departamento de Investigação de Defesa em 1991, activado em 1993 e dos protocolos, desde então, estabelecidos com algumas Universidades nesse sentido, a produção é ainda muito limitada.

E, no entanto, o balanço de reflexão sobre a defesa e de relacionamento civil-militar é, indiscutivelmente, positivo, e pode materiaizar-se e traduzir-se numa simples palavra, ou melhor num conceito: o conceito Defesa Nacional. Ao IDN se deve a introdução e divulgação em Portugal do conceito global e integrado de Defesa Nacional. A Defesa é seguramente uma questão militar, mas tem, igualmente, uma componente não militar. A Defesa passa hoje pelas Forças Armadas, mas passa também e passa cada vez mais, pela estratégia das empresas, pela política da língua, pela preservação da memória ou pela reprodução da identidade nacional. Numa palavra, a Defesa é uma questão militar, é muito mais do que isso, é uma questão nacional.

Isto é o que foi o IDN.

O que será, não sei. Sei o que gostaria que fosse.

Em primeiro lugar, como órgão do Ministério da Defesa, o IDN deve contribuir, decisivamente, para a formulação da política de

Defesa Nacional. Naturalmente, no campo que lhe é próprio: não cabe ao IDN a definição e o apoio à decisão de políticas concretas. Essa, é tarefa doutros órgãos do Ministério. Cabe-lhe sim, o papel de reflexão teórica sobre as grandes questões da Segurança e Defesa. O IDN pode e deve ser o lugar de produção da cultura estratégica.

No mundo altamente complexo e interdependente em que vivemos, atravessado ao mesmo tempo por movimentos contrários de globalização e balcanização da cena internacional, os dados tradicionais da reflexão estratégica alteraram-se definitivamente. Os próprios conceitos de poder e potencial estratégico imaterializaram-se e ao lado do velho conceito de poder-força, que em última instância é sempre militar e se traduz no controlo físico do território, emerge hoje um novo conceito de poder-rede que passa pelo estabelecimento e pelo controlo de fluxos transnacionais que vão desde os fluxos económicos aos da informação.

Neste mundo em permanente mudança o pensamento estratégico não é já um espaço fechado de monopólio. Pelo contrário, terá que ser um espaço aberto e de cruzamento de experiências e discursos diferentes ou não será pensamento estratégico. Às duas áreas clássicas do pensamento estratégico, que correspondem aliás às duas instituições tradicionais da acção externa do estado: a diplomacia e a instituição militar, teremos que acrescentar os novos centros de produção de conhecimento neste campo: a Universidade e os centros de investigação científica. E diria mais, nas sociedades democráticas como pensar a estratégia global sem a opinião pública? e desde a Guerra do Golfo, como fazê-lo sem a comunicação social?

Nesse momento a relação civil-militar teria deixado de ser meramente social e inscrever-se-ia num registo mais profundo que seria o da própria produção da cultura estratégica.

Sei que esse dia está ainda longe, muito mais longe do que em

outros países europeus ou nos Estados Unidos, mas ficaria satisfeito se o IDN pudesse dar os primeiros passos nesse sentido.

Como? perguntar-se-á.

Tomando o património acumulado e repensando-o para os desafios de hoje.

Seja-me permitido utilizar aqui a velha máxima da construção europeia: aperfeiçoar; alargar; aprofundar.

Aperfeiçoar, primeiro, o ensino – racionalizar despesas, otimizar recursos e sobretudo, consolidar o Curso de Defesa Nacional nas suas virtualidades, mas sem hesitar em fazê-lo evoluir e adaptar às novas realidades. Por outro lado, de acordo com a orientação de Sua Ex.^a o Ministro da Defesa e o interesse das Forças Armadas e num espírito da maior colaboração com os diferentes Institutos dos Ramos, contribuir, na medida desejada, para o ensino superior militar.

Alargar, em segundo lugar, a sensibilização para as questões de Defesa e Segurança, do círculo restrito das elites dirigentes (como tem acontecido no Curso de Defesa Nacional) para um âmbito mais alargado, nomeadamente às camadas mais jovens. Em colaboração com as entidades competentes do Ministério da Educação, o IDN poderá contribuir para a introdução destes temas em particular no campo da Educação Cívica, preocupação, de resto, expressa no programa do Governo.

Aprofundar, em terceiro lugar, a investigação. Porque é a base de todas as outras. Não há ensino e divulgação, sem conhecimento e, obviamente, não há conhecimento sem investigação. Será, não só, necessário multiplicar e reforçar as relações com as Universidades e os Institutos de Investigação numa colaboração que poderá estender-se aos domínios científico e pedagógico, nomeadamente, ao nível de Pós-graduação, como seria desejável que dentro dos condicionamentos existentes o IDN pudesse ter a sua própria carreira de investigação e, progressivamente, o seu quadro

de investigadores. As duas vias não são antagônicas, mas antes complementares.

Finalmente, nada disso é possível, sem a integração do IDN numa forte rede de relações externas:

- primeiro, mantendo e se possível reforçando as relações históricas com a instituição militar;*
- segundo, abrindo e reforçando os laços com a sociedade civil;*
- terceiro, integrando o IDN nas redes internacionais das instituições dedicadas ao mesmo campo científico.*

O futuro dirá se hoje se inicia ou não, uma nova fase do IDN.

Sei que a tarefa não é fácil e que o desafio é grande. Mas, são essas outras tantas razões para que aceite esse desafio.

Não quero terminar sem deixar neste momento uma última palavra: palavra que é a expressão do meu total empenhamento nas funções que agora assumo.